



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

MANIFESTAÇÃO SOBRE ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

(Processo 23390.001293/2025-68)

DECLARO que no presente processo, cujo objeto é a obra do sistema complementar de abastecimento de água do campus Almenara, foram aplicadas as seguintes práticas relativas à sustentabilidade ambiental, conforme dispõe a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, e demais legislações pertinentes:

Práticas de cunho geral:

- nas decisões de compra, ter sempre uma visão de longo prazo, avaliando o ciclo de vida dos objetos a serem contratados, desde a origem até o descarte;
- sempre que possível utilizar o sistema de registro de preços e as compras compartilhadas, para reduzir os processos e otimizar os custos de aquisição;
- doar materiais que não possam ser reaproveitados no órgão (ver art. 4º, 15 e 16 do Decreto nº 99.658/1990 e 7º da IN-SLTI/MPOG nº 001, de 19 Jan 2010);
- identificar e distribuir materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que possam dar uma destinação útil ao material;
- nas contratações observar todas as possibilidades de exigir sustentabilidade do contratante, com base no art. 12, inc. IV e VII, da Lei nº 8666/93, nos art. 2º a 8º do Decreto nº 7.746/2012 e nos art. 4º a 6º da IN-SLTI/MPOG nº 001, de 19 Jan 2010;
- atualizar-se sempre sobre inovações em compras sustentáveis nos portais: www.governoeletronico.gov.br e cpsustentaveis.planejamento.gov.br.

Uso racional da Água

Para que a água extraída do sistema a ser construído por meio do presente projeto possa ser aproveitada da forma mais racional, fazer com que os responsáveis pelas unidades receptoras da água:

- monitorar diariamente o consumo de água, para identificar, de imediato, a ocorrência de vazamentos em instalações hidráulicas.
- procurem utilizar descargas econômicas, substituindo, se preciso, as descargas tradicionais (com válvula de parede);
- utilizem torneiras com temporizadores, substituindo, se preciso, as torneiras tradicionais;
- instalar dispositivos arejadores nas torneiras. Estes dispositivos dão a sensação de uma maior vazão, mas fazem exatamente o contrário, reduzem-na;
- orientar os usuários a utilizar as máquinas de lavar louça ou roupa sempre com a capacidade de lavagem completa, isso reduz o número de lavagens, pois uma máquina bem cheia consome menos água do que duas com a carga incompleta;
- instruir os servidores a fechar a torneira enquanto escovam os dentes ou enquanto fazem a barba, pois as torneiras podem consumir cerca de 8 litros por minuto;
- cercar todas as fontes de água e os sistemas de tratamento de resíduos (lagoas, biodigestores, composteiras, etc) para impedir o acesso de humanos e animais;

- providenciar para que todo o esgoto produzido pela Unidade seja canalizado para a rede coletora do município, ou seja tratado antes de ser liberado na natureza;
- observar as práticas para lavagem de viaturas citadas no tópico “uso de viaturas”.
- utilizar para as aulas de campo e culturas experimentais sistemas de irrigação com máximo desempenho e mínimo consumo.
- vistoriar periodicamente as instalações de água, tanto na adução ao reservatório, como na distribuição da água onde serão utilizadas, para identificar vazamentos;

Redução de Gasto Público

- buscar bons exemplos de redução de gasto em outras Unidade e outros Órgãos da região, multiplicando práticas de sucesso (por exemplo, consultar a publicação do MPOG sobre boas práticas na aplicação do dinheiro público http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/prog_eficiencia/Coletanea_de_Melhores_Praticas_2011.pdf).

Obras e Reformas

- preferir que as pinturas sejam feitas com tinta à base de água e em cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural;
- observar nos projetos a eficiência energética de nível “A”, observando os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos-RTQ-C, aprovado pela Portaria Inmetro nº 372 de 17/09/2010, disponível em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001599.pdf>;
- sempre que possível, adotar soluções pré-moldadas de construção;
- reduzir o consumo de insumos naturais nas obras, prevendo a utilização de agregados reciclados, como blocos, agregados, concreto e argamassa;
- destinar as sobras de obras para usinas de beneficiamento de resíduos da construção civil, que fornecem agregados reciclados para obras civis;
- estabelecer nas licitações e contratos responsabilidades aos contratados no sentido de comprovar o gerenciamento integrado dos resíduos das obras e manutenções, nos termos da observar a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que trata da gestão dos resíduos da construção civil e das Normas ABNT NBR 15112:2004 a NBR 15116:2004, para o transporte e disposição final das sobras;
- fiscalizar a correta estocagem dos diversos materiais na obra (empilhamento máximo, distanciamento entre as fileiras, alinhamento das pilhas, distanciamento do solo, proteção de itens sensíveis como louças, etc)
- exigir do empreiteiro que mantenha o canteiro de obras limpo e organizado, de maneira a permitir a triagem de resíduos impedir sua mistura com insumos;
- fomentar a reutilização de materiais ou a reciclagem dos resíduos no próprio canteiro, evitando a aquisição de mais insumos e a remoção das sobras;

Grau de permeabilização do solo

- remover adequadamente qualquer derramamento de agente químico ou biológico que venha a causar risco de contaminação do solo;
- realizar o tratamento das águas residuárias, antes do lançamento no solo;
- realizar o plantio de plantas perenes em áreas da unidade sujeitas a erosão;
- manter no terreno a vegetação nativa, cujas funções são de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e trazer bem-estar às populações humanas;
- não permitir “aterros” na área da unidade, pois a decomposição dos desejos produz o chorume, um líquido altamente poluidor, que vaza e contamina o solo e a água;
- fomentar hortas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc;

- fazer com que as aparas da grama permaneçam no local cortado e sirvam de cobertura vegetal para reter a umidade e nutrir o solo;
- irrigar os gramados sempre antes que o solo fique completamente seco, sempre pela manhã ou pela tarde, evitando as horas mais quentes do dia;
- para adubar o gramado não aplicar esterco de curral que contém milhares de sementes de plantas invasoras, preferindo húmus de minhoca e farinha de ossos;

Descarte de resíduos

- Instalar coletores de resíduos, em lugares cobertos e estratégicos da Unidade, em cores e tamanhos apropriados, para a coleta separada de papel branco e misto, plástico, papelão, vidro e metais. Esses materiais, após coletados, devem ser destinados a coleta seletiva, comercializados ou doados às cooperativas de catadores. Essa prática, além de sustentável, é uma determinação do art 6º do Dec nº 5.940, de 25 Out 2006, para todos os órgãos da Administração Federal;
- implantar ações com forte impacto visual para que o público interno entenda a importância dos três “R” da Sustentabilidade: Reduzir, Reutilizar, Reciclar, etc;
- retirar lixeiras do interior das seções e demais dependências, para estimular o público interno a depositar os resíduos separadamente nos locais estabelecidos;
- manter lixeiras em pontos estratégicos que recolham apenas o material orgânico (não reciclável), destinando-o para a realização de compostagem na própria Unidade ou para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo;
- recolher o óleo de cozinha para reciclagem, destinando-o para entidades que façam a produção de sabão, biocombustível, etc; e jamais jogá-lo no esgoto;
- estudar viabilidade de ampliar a coleta de óleo para servidores e comunidade do entorno, com colocação de equipamento de recolhimento adequado nas portarias;
- recolher e destinar cartuchos vazios para a cooperativa de catadores;
- estabelecer local para recolhimento de pilhas, baterias, lâmpadas, equipamentos eletrônicos e de informática para, após coletados, serem encaminhados a empresas especializadas no descarte correto desses produtos, a cooperativas ou aos fabricantes por meio da logística reversa (ver Resolução CONAMA nº 401/2008 e Resolução CONAMA nº 416/2009);
- coletar e destinar adequadamente todos resíduos provenientes da mecânica (óleo – observar a Resolução CONAMA nº362/2005);
- reaproveitar os resíduos da construção civil e destinar adequadamente os não aproveitáveis, conforme prevê a Resolução CONAMA nº 307/2002;
- instalar micro-estação de reciclagem. Neste local, os recicláveis serão separados e compactados, ficando prontos para a recolhimento (podendo até ser vendidos);
- triturar e realizar o aproveitamento energético de podas.

Referências:

Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública / Vogelmann Jr, Jorge Carlos. Porto Alegre: ESAF, 2014.

Guia de Boas Práticas para uma TI mais Sustentável, Recife, Abril de 2011

Montes Claros – MG, 28 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Helio de Moraes Filho, Engenheiro(a) Civil**, em 19/12/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifnmg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2427035** e o código CRC **9D9B880D**.

Referência: Processo nº 23390.001293/2025-68

SEI nº 2427035